

**LEI MUNICIPAL Nº 1.865, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015.**

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de terreno público que menciona, e dá outras providências”.*

**O Prefeito Municipal de Ourém, Estado do Pará, usando de suas atribuições conferidas pela legislação em vigor, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.**

**Art. 1º** - Conforme permite o artigo 37, inciso X da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo Municipal, mediante as condições estipuladas nessa Lei, autorizado a efetivar a doação à ADALBERTO FERREIRA DA SILVA, portador de RG nº5.264.783/SSP-PA e CPF nº 259.760.102-10, de uma área de terras abaixo descrita, com a finalidade de edificação para habitação ou empreendimento comercial.

Proprietário: Município de Ourém;

Local: Rua São Francisco, nº512, bairro Novo Porão

Descrição: Área regular medindo 4,00m(quatro metros) de frente, por 8,00m(oito metros) pelas laterais, confinando pelo lado direito com Nalia Ferreira da Silva, pelo lado esquerdo com José Walter da Silva Cruz, e pelos fundos com Nalia Ferreira da Silva, área total de 128,00m<sup>2</sup> (Cento e vinte e oito metros quadrados).

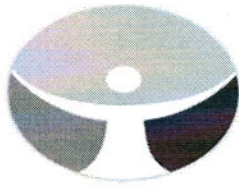
Parágrafo Único – As características, confrontações e avaliação do bem público imóvel, de que trata o caput deste artigo encontram-se no memorial descritivo e croqui que fazem parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** - O donatário tem o prazo máximo de 2 (dois) anos para regularizar a posse do imóvel, sob pena de revogação da doação, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas no terreno objeto desta doação.

Parágrafo Único – A inobservância do disposto no art. 2º implicará na imediata reversão do bem doado para o patrimônio Municipal com todas as benfeitorias nele realizadas sem qualquer ônus para o Erário Público

**Art. 3º** - Ressalvados os casos em que o imóvel sirva como garantia para financiamento da obra a que se refere o artigo 1º, fica a doação onerada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do término da construção.

**Art. 4º** - A doação prevista nesta Lei se efetivará por termo de doação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**OURÉM**  
*Acolhendo a todos*



**Art. 5º** - Fica desafetada a área a ser doada de sua destinação pública específica.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes de recolhimento de impostos sobre a doação, bem como, o seu conseqüente registro junto ao cartório de registro de imóveis desta comarca, correrão integralmente por conta da outorgada donatária.

**Art. 7º** - Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, realizar todo o registro contábil e patrimonial necessário ao cumprimento da presente lei.

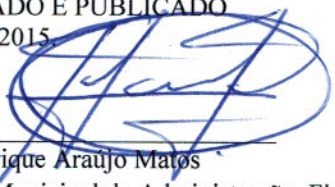
**Art. 8º** - Revogadas as disposições em contrário, essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de Novembro de 2015.



Valdemiro Fernandes Coelho Junior  
***Prefeito Municipal de Ourém***

REGISTRADO E PUBLICADO  
EM, 13/11/2015



Mario Henrique Araújo Matos  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.